

ENTREVISTA COM ERNANI TERRA: “AULA É PERFORMANCE, ACONTECIMENTO”¹

Phellipe Marcel da Silva Esteves (LAS/GAL/UFF)
Thaís de Araujo da Costa (Saberling/UERJ/Faperj)



O professor Ernani Terra é um autor, um professor-autor, como ele mesmo se considera. E nisso se inclui não apenas seu perfil de pesquisador de ponta, com produção de excelência na área de Semiótica, como a autoria (e a autoridade) de que dispõe no campo da escrita de livros didáticos – e talvez seja mesmo justo afirmar que sua fama venha mais daí do que de dentro dos muros e *campi* universitários. Seu *Curso prático de gramática*, publicado originalmente em 1987 e já em sua sétima edição, lançou o nome Ernani Terra nas mesas e carteiras de numerosos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. Trata-se de fato de um curso que não nasce tão somente para a necessária reflexão

1 A entrevista foi realizada no âmbito dos projetos “Uma proposta discursiva de interpretação do livro como objeto” (ARC/Faperj) e Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj).

metalinguística, mas também para a medi(t)ação com estudantes, uma vez que foi constituído a partir da reunião de planejamentos de aulas que o professor à época lecionava em um pré-vestibular. O entrevistado, então, estabelece essa ponte – tão importante, mas rarefeita – entre a sala de aula, o pensamento crítico-científico e os livros.

O estreitamento de laços entre Ernani e os entrevistadores se deu durante o curso interinstitucional UERJ-UFF-UFRJ *O livro didático de português no Brasil: passado, presente e futuro*, um espaço oportuno para o aprendizado de quem pensa e faz obras voltadas à educação. Ali surgiram, ou cresceram, afinidades acadêmicas, políticas, literárias, científicas e gastronômicas. Deu vontade de prolongar a relação interpessoal e presencial. Na impossibilidade momentânea, encontramos este canal: uma entrevista. Como pesquisadores em *Análise do Discurso*, *História das Ideias Linguísticas* e *História do Livro*, ficamos muito satisfeitos com as respostas. As questões foram enviadas por e-mail e em poucos dias respondidas e devolvidas pelo entrevistado. Agradecemos sobremaneira ao professor pela disponibilidade, pelos sorrisos e pelo diálogo. Passemos à entrevista.

P.: Ernani Terra, você é nacionalmente conhecido como autor de Livro Didático (LD). Mas, antes de se tornar autor, é bem verdade que primeiramente atuou como professor, certo? Como se deu a sua formação, a sua iniciação na pesquisa e a decisão de escrever livros didáticos? E como foi articular essas três frentes de trabalho? A seu ver, elas eram concorrentes ou complementares?

R.: Entrei na USP, curso de Letras (Português – Latim), no início dos anos 1970 e ainda aluno comecei a dar aulas de português na rede particular de ensino e em cursinhos preparatórios para vestibular. Optei por fazer Letras porque queria estudar literatura. Quando surgiu a primeira vaga para dar aulas, eram aulas de língua (na verdade eram aulas de gramática). Para dar essas aulas, tinha de me preparar com afinco. Entre os saberes de língua e linguística vistos na faculdade e o dia a dia da sala de aula havia um abismo. Não tinha a menor ideia de como fazer a transposição didática dos saberes acadêmicos para a prática de sala de aula. Era um tempo em que as escolas privilegiavam o ensino da gramática normativa e da análise sintática de frases e períodos descontextualizados. Num cursinho pré-vestibular em que lecionava, coube-me a tarefa de escrever o material didático de língua portuguesa, que

na verdade se restringia à gramática normativa. Produzir esse material foi uma experiência significativa na minha formação como professor e, mais tarde, como autor. O ideal seria que as escolas incentivassem os professores para produzirem o próprio material didático, dando-lhes condições para isso. Infelizmente, são raríssimas as escolas em que o professor trabalha com material produzido por ele mesmo. Comecei a fazer livros didáticos por acaso. Em meados dos anos 1980, os donos da Editora Ática, que já era muito forte no ramo de didáticos, criaram uma editora, com a pretensão de que ela fosse forte na área de exatas. Deram a ela o nome de um eminente professor e autor de matemática. Surgia a Editora Scipione. Fui convidado por essa recém-fundada editora a escrever uma gramática. Para mim, não foi tarefa complicada, porque já tinha o material praticamente pronto, que era o curso escrito para o pré-vestibular. Esse material foi revisto, ampliado, atualizado e editado, dando origem a meu primeiro livro publicado, o *Curso prático de gramática*, que foi bem aceito pelos colegas professores de todo o Brasil. Com a boa repercussão do livro, a editora passou a me solicitar que escrevesse outros. Entrei numa roda-viva e passei anos escrevendo livros didáticos para a rede privada e para a rede pública. Fiz coleções de 3 volumes para Ensino

Médio, de 4 volumes para Ensino Fundamental II, volumes únicos, gramáticas para ensino fundamental. Tive obras inscritas e aprovadas no PNLD² de Ensino Fundamental II e Médio. Isso me obrigou a um afastamento da sala de aula, mas não necessariamente do magistério porque escrever livro didático, para mim, é uma forma diferente de dar aula. Me considero um professor-autor. Publicar livros vai além de escrevê-los, pois o autor tem de pesquisar muito para estar sempre atualizado não só sobre a matéria que escreve, mas também sobre questões que dizem respeito à educação e à formação de professores. Depois de um tempo só fazendo livro didático, senti necessidade de voltar à Universidade para continuar minha formação e desenvolver pesquisas. Deixei de escrever livros para o PNLD, pois esses exigem dedicação exclusiva. Pude então fazer meu doutorado, em que pesquisei que leituras professores de português fazem em seu tempo livre. Posteriormente, me interessei pela semiótica e fiz estágio pós-doutoral nessa área sob a supervisão da professora Diana Luz Pessoa de Barros. Os trabalhos de pesquisa que fiz no doutorado e no pós-doutorado, embora não se voltem diretamente ao livro didático, ampliaram minha visão sobre esse tipo de livro, me dando ideias de como

2 Plano Nacional do Livro Didático.

trabalhar, no ensino básico, leitura de textos, inclusive os não verbais, com fundamento no aparato teórico e metodológico da semiótica. Tenho feito isso em algumas publicações e não descarto a possibilidade de usá-las na elaboração de um livro didático para o ensino básico. Penso também em voltar à sala de aula. Ensino, pesquisa e autoria são frentes que se complementam.

P.: Recentemente, você ministrou um curso sobre a história do livro didático de português no Brasil³ no qual propôs três momentos distintos no que diz respeito à autoria, ao professor e à concepção de língua sustentada na obra. O que caracteriza e diferencia, em seu entender, esses três momentos? E como, no decorrer deles, se deu a transformação da materialidade do LD?

R.: Desde que comecei a escrever livro didático, passei a me interessar por questões que vão além de seu conteúdo. Queria entender como funciona a indústria editorial. Me interessavam questões ligadas à recepção desse tipo de obra. Queria entender, entre outras coisas,

3 O curso de extensão UERJ-UFRJ e minicurso do Programa de Pós-Graduação da UFF intitulado “O livro didático de português no Brasil: passado, presente e futuro” foi realizado de forma híbrida de maio a julho de 2022. As aulas estão disponíveis no canal do Youtube do *Projeto Arquivos de Saberes Linguísticos* (SaberLing/UERJ/UFF/Faperj), em: <https://youtube.com/playlist?list=PLlhYsFaiIdKewRfjYmEldyhKsp8H5S66X>. Como resultado desse curso, também será publicado em breve, no livro “Língua, discurso e educação linguística: da práxis política à prática pedagógica”, de organização de Joyce Colaça (UFS), Michel de Faria (Unicamp) e Thais Costa (UERJ), o capítulo intitulado “O livro didático de português: três momentos”.

por que uma obra que nada tem de original tem enorme receptividade e outra, que apresenta tratamento novo da matéria, é rejeitada por professores. Comecei a fazer pesquisas sobre a história do livro didático no Brasil, observando não apenas as mudanças no conteúdo dos livros (concepção de língua e linguagem, atividades e seleção de textos), mas também mudanças relativas à autoria, aos destinatários desse tipo de obra, os professores e os alunos. Nessa longa história, que começa nos finais do século 18, podemos observar três momentos decisivos. Num primeiro momento, que começa em 1895 com a publicação da *Antologia Nacional*, de Carlos de Laet e Fausto Barreto, predomina um tipo de livro que usa textos exclusivamente literários como modelo de língua a ser imitado. Eram as antologias. Seus autores eram intelectuais de prestígio. Tais livros, no começo, sequer propunham atividades porque pressupunham um professor dotado de autonomia e competência para dar aulas. O aluno também era diferente. A partir da década de 1970, o livro didático de português muda, porque tem de atender a um público amplo e diverso. Com a expansão da rede pública de ensino, estudantes das camadas populares passam a ter maior acesso à escola. Os professores não são mais autônomos. Dada a enorme

carga de trabalho, não dispõem de tempo para preparar as aulas. O livro didático vem cumprir essa função. A concepção de língua também muda e passa a ser vista como um código que permite a comunicação. A disciplina muda de nome: de língua portuguesa ou português passa a se chamar Comunicação e expressão. A autoria se desloca do intelectual de prestígio para o professor. Na década de 1990, ocorre uma mudança bastante significativa com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e com o início da avaliação do livro didático em 1996, cujos critérios foram definidos em 1993/1994. A distribuição dos livros didáticos se amplia. Hoje, atende a todos os alunos e o professor tem um leque de opções para escolha do livro com o qual trabalhará em sala de aula.

P.: Acreditamos que essas perguntas nos levem a outra: como diz em suas aulas, o LD é um produto industrial, mas com especificidades tanto em relação a outros produtos quanto em relação a outros tipos de publicação. Você poderia, em linhas gerais, tratar dessas diferenças?

R.: O livro didático é produzido em escala industrial para atender um mercado muito grande e que cresce a cada ano. Apesar dos avanços tecnológicos e da internet, o livro impresso ainda continua sendo o principal

instrumento do professor para dar aulas. A maior parte do mercado de livros didáticos é representada pelas compras governamentais (PNLD). Basta observar que cada aluno recebe, no mínimo, um livro didático por ano de cada disciplina. A indústria do livro didático no Brasil gira em torno das vendas governamentais, já que o mercado de livros para uso no ensino privado, que já foi muito grande, encolhe a cada ano. Atualmente, na rede particular predominam os chamados sistemas de ensino, muitos deles pertencentes aos mesmos grupos editoriais que produzem livros didáticos. O livro didático é produto cultural, porque é destinado a um mercado consumidor de bens culturais, particularmente à formação e à educação de jovens. Simplifica (didatiza) cultura e conhecimento, tornando-os acessíveis a um público amplo. As tiragens dos didáticos são, ao contrário dos não didáticos, enormes, o que em tese representaria uma redução de seu custo de produção, acarretando um preço de venda mais baixo. Digo em tese, porque a produção de um livro didático é muito cara. Na área em que atuo, para produzir uma coleção, gasta-se muito com pedidos de licenciamento de textos. Se o livro não for aprovado, o prejuízo é enorme. Embora uma obra não aprovada possa ser posta à venda no mercado, isso não costuma ocorrer, porque grande

parte das escolas privadas adota sistemas de ensino e as que não adotam não têm qualquer interesse num livro que o MEC reprovou. Quanto aos livros aprovados, há, além do custo de produção, uma segunda fase de grandes despesas, referentes à divulgação da obra, e isso envolve, entre outras estratégias de marketing, a distribuição gratuita e em larga escala de livros a professores para que eles analisem a obra para decidirem se a adotam ou não.

P.: Você começou sua carreira como autor de livro didático no final da década de 1980⁴, iniciando, na década seguinte, uma parceria de mais de dez anos com José de Nicola⁵. Recentemente, porém, não tem se dedicado ou tem se dedicado menos a essa produção. O que aconteceu? Há alguma relação com essa transformação histórica do LD apontada por você?

R.: Na primeira pergunta desta entrevista, vocês começam assim “você é nacionalmente conhecido como autor de Livro Didático”. Essa afirmação traz implícita uma parte da resposta. Como não tenho publicado obras que fazem parte do PNLD, a percepção é que eu não tenha me

4 Especificamente, em 1987, com o livro *Curso Prático de Gramática*, da Editora Scipione, que atualmente se encontra na 7ª edição (2017).

5 Da parceria com José de Nicola, surgiram grandes sucessos editoriais como: *Gramática & Literatura para o segundo grau*: curso completo (Scipione, 1996); *Curso Prático de Língua, Literatura e Redação* (Scipione, 1997); *Gramática de hoje* (Scipione, 1997); *Redação para o 2º grau* (Scipione, 1999); *Gramática & Literatura* (Scipione, 2000); *Práticas de linguagem Leitura & Produção de textos – 5ª/8ª séries* (Scipione, 2000); entre outros.

dedicado, ou me dedicado menos, à produção de livros didáticos. Ficar fora do PNLD tira a visibilidade do autor. Os livros adquiridos no PNLD, ao contrário dos destinados ao mercado privado, chegam a um público muito grande. As editoras fazem divulgação maciça desses livros, que são analisados e comentados por professores. Como há anos não tenho participado do PNLD, fica a impressão de que não tenho publicado nada. Não é verdade. Tirando o período da pandemia, em que a indústria do livro ficou meio em *stand by*, lancei livros todos os anos. Este ano não será diferente: público um novo livro. Na verdade, não tenho publicado livros didáticos, particularmente os destinados ao PNLD, porque, depois de trabalhar muitos anos com livro didático, senti que precisava voltar à universidade já que tinha alguns projetos de pesquisa em mente. Produzir uma coleção para o PNLD é um trabalho desgastante que exige disponibilidade integral. Tem-se de escrever uma coleção de livros em tempo recorde, porque os prazos são cada vez mais exíguos. Não bastasse trabalhar pressionado pelo prazo, há um estresse constante no que se refere a uma espécie de autocensura. A liberdade do autor em produzir o livro é, de certa forma, cerceada porque se deve ater rigorosamente às exigências do PNLD. Deve haver um cuidado muito

grande com tudo que fará parte do livro (textos, temas, ilustrações, atividades, comentários, orientações aos professores) de sorte a não deixar qualquer brecha que possibilite ao avaliador optar pela exclusão do livro. Um único “problema” que apareça no livro do sétimo ano, por exemplo, pode acarretar a exclusão da coleção inteira. Se tudo correr bem e o livro for aprovado, o trabalho não para. O autor é solicitado pela editora a participar de eventos em todo o país para a divulgação da obra. Não há descanso. Três anos depois, a coleção deverá ser reinscrita no PNLD e o autor terá de reeditá-la para isso. Produzir um livro didático hoje tem relação sim com a transformação histórica que aponte. O livro didático no século 21 é muito mais complexo do que os livros de períodos anteriores. Não basta colocar uma teoria, explicar um conceito, apresentar textos e propor atividades como se fazia antes. Hoje, a seleção dos textos deve abarcar a diversidade de gêneros, de eixos temáticos e de esferas de circulação. Há todo um cuidado com a elaboração das atividades que devem ser diversas e permitir ao estudante construir o conhecimento. O livro deve apresentar sugestões de projetos, inclusive interdisciplinares, propostas de pesquisas, indicações de vídeos, livros, *podcasts* e sites. Há ainda a elaboração do

livro do professor. Exige-se que o Manual complemente a formação do professor apresentando fundamentação teórica, orientações de como desenvolver o trabalho com o livro na sala de aula e farta bibliografia comentada. Como pretendia desenvolver pesquisa acadêmica, optei por “tirar uma licença do PNLD”, mas não me afastei da produção de livros de caráter pedagógico, continuo sendo um professor-autor.

P.: Professor, quem olha o seu Currículo Lattes percebe que o senhor é o que podemos chamar de um verdadeiro homem das letras. Enquanto hoje o que observamos nas escolas brasileiras é a compartimentação de saberes com a separação dos estudos de gramática, leitura e escrita, a sua área de interesse segue bastante abrangente, englobando desde temas duros da gramática da língua portuguesa a estratégias para desenvolvimento da prática leitora, em especial de textos literários, e de escrita. Inclusive, na apresentação do seu *Curso prático de gramática*, você afirma que “o estudo de gramática não deve ser visto como um fim em si mesmo”, o que implica a inserção de seções como “Dos textos à gramática/ Da gramática aos textos” em todos os capítulos (TERRA, 2017, s.p)⁶. É

6 TERRA, E. *Curso prático de gramática*. 7ª ed. São Paulo: Scipione, 2017.

correto afirmar, então, que, no seu entender, educação linguística e educação literária podem/devem ser articuladas na prática docente na escola básica? E se podem/devem, como o LD e o livro paradidático (LPd) contribuem/poderiam contribuir para essa articulação?

R.: Não tenho a menor dúvida de que um livro didático deve ser instrumento que possibilite e favoreça a educação linguística e a educação literária. Quando dava aulas, achava muito estranha a fragmentação da disciplina em três frentes, que eram colocadas como autônomas, cada uma delas cabendo a um(a) professor(a) diferente. Um(a) dava aulas de língua (na verdade, gramática), a outro(a), cabia o ensino de literatura e a um(a) terceiro(a) eram destinadas as aulas de redação (era o nome que se usava na época). Esses professores nem sempre trocavam ideias. Chegavam a passar um semestre inteiro sem se verem. Se já é pacífico que a escola deve favorecer um trabalho interdisciplinar, um ensino que fragmenta a disciplina e não estabelece constante diálogo entre as frentes é um desserviço à formação integral do aluno. O livro didático dos dias de hoje, em especial os aprovados no PNLD, permite que se efetive a articulação dos conteúdos relativos aos segmentos que costumavam ser

apresentados como autônomos. Num mesmo capítulo, o aluno lê textos de gêneros e esferas discursivas diversas, inclusive a literária, estuda a língua e seu funcionamento, produz textos para circular em contextos diferentes. Um único professor ensina língua, literatura e produção de textos, articulando os saberes. No entanto, é preciso destacar que, por melhor que seja, o livro didático deve ser complementado por outras leituras, particularmente a de livros paradidáticos e de literatura. Para facilitar o trabalho do professor, o livro didático sugere os paradidáticos e as obras de literatura que se articulam com o tema que se está trabalhando. O professor, porém, não deve ficar preso ao livro didático. Deve ter a liberdade de ir além, indicando leituras que não estão contempladas no livro sempre que achar necessário ou conveniente. O livro didático não dá aula, quem dá aula é o professor, portanto cabe a ele decidir qual a melhor forma de trabalhar o livro. A autonomia do professor evidentemente pressupõe que ele seja dotado da competência do saber-fazer. Nos bons livros didáticos, o Manual do professor é instrumento importante para que ele desenvolva essa competência.

P.: Outro tema que tem despertado o seu interesse é a relação entre leitura e escrita na era digital. Esse é, inclusive, o título de um livro seu publicado em 2020 em

formato e-book pela Editora Saraiva. Na apresentação desse livro que é “destinado principalmente a estudantes de diversas áreas do conhecimento”, contradizendo o discurso hegemônico, você sustenta a tese de que “nunca se leu e escreveu tanto como hoje” (TERRA, online)⁷. Afinal, como a era digital tem afetado a questão da leitura e da escrita? Por que, a seu ver, se afirma contemporaneamente que a disponibilidade de recursos tecnológicos tem implicado uma redução quantitativa da leitura?

R.: Com a internet e as redes sociais, as pessoas estão lendo e escrevendo o tempo todo, e não apenas na escola ou em casa. Com os *smarthphones*, estão sempre conectadas à internet. Não poderia ser diferente, carregam consigo o tempo todo um computador cuja função telefone é a que menos se usa. Seja na espera de uma consulta médica, no transporte coletivo, no intervalo do café, as pessoas estão de olho na telinha, lendo notícias, blogues, mensagens. Mal o avião pousa, os passageiros já acionam seus *smarthphones*, antes mesmo que o pessoal de bordo autorize o uso de aparelhos. Vive-se a síndrome de se estar on-line o tempo

7 TERRA, E. *Leitura e escrita na era digital*. São Paulo, Editora Saraiva, 2020. Disponível em: bit.ly/3ZBHVv0. Acesso em: 13 jan. 2023.

todo. As pessoas não ficam na internet apenas lendo, produzem também textos variados, respondem *e-mails*, enviam mensagens pelo WhatsApp, tuitam, retuitam com comentário, postam no Facebook, comentam *posts* de outros, manifestam seu ponto de vista em polêmicas, leem notícias e artigos etc. Enfim, no mundo digital, as pessoas estão interagindo o tempo todo. E como se dá essa interação? Por meio de textos. Passamos boa parte do tempo, lendo e produzindo textos. Há uma outra coisa que é importante considerar e que tem implicações diretas com as atividades de leitura e escrita na escola. É fato que um texto não se define por sua extensão, mas é inegável que os textos que circulam na rede são predominantemente curtos, sem preâmbulos, sem digressões, sem muita análise e aprofundamentos. O tamanho reduzido desses textos não significa necessariamente concisão. Tenho encontrado nas redes textos muito curtos, mas marcados pela redundância. Textos longos, em geral, não são bem recebidos na rede, tanto que quem se atreve a publicá-los já avisa: “lá vai textão”. Se observarmos, o que chamam hoje de textão, constatamos que é um texto menor do que uma redação escolar de 25 linhas. Ultimamente, as redes sociais têm incentivado seus usuários a deixarem de postar textos

escritos e interagirem por meio vídeos curtos, os *reels*. A tendência é que o plano da expressão cruze linguagens. O TikTok, que se popularizou rapidamente, sobretudo entre os mais jovens, obrigou o Facebook e o Instagram a aderirem à modalidade de pequenos vídeos. Esse sabor de novidade das redes tem seduzido não só alunos, mas também professores, que em suas aulas acabam cedendo a tentação de propor atividades que envolvam a produção e leitura de textos cujos modelos são os que circulam nas redes, ou seja, textos não exclusivamente verbais. É preciso ainda observar que o digital muda rapidamente e que nem sempre os professores conseguem acompanhar essas mudanças. Veja-se o caso do ChatGPT, um programa de geração de textos. Não há dúvida de que seu uso chegará ao universo escolar (se já não chegou). Ler e escrever mais não implica necessariamente ler e escrever melhor. Tenho insistido em minhas publicações e em conversas com professores que a escola não pode deixar de lado o ensino e a prática das formas “tradicionais” de leitura e escrita, já que são necessárias para a expressão e compreensão de textos complexos, analíticos, e que envolvem recursos retóricos de manipulação e persuasão do enunciatório. A produção e a leitura desse tipo de texto implicam um

aprendizado de técnicas de ordenar o pensamento, de relacionar ideias, de dominar estratégias de construção de sentidos. Chamo a atenção para um outro fato. Embora a produção e a leitura de textos que circulam nas redes seja muito atraente e tenha função utilitária relevante, a formação de competentes leitores e produtores de textos tem de passar necessariamente pelo contato com textos que articulam ideias, que levam os alunos a refletir sobre o que se diz e que, quando forem eles os produtores, a saber organizá-lo para o propósito a que se destina, e isso envolve escolhas da variedade linguística adequada, de gêneros e de estratégias discursivas. Quanto à leitura, a escola deve ensinar também aos estudantes como identificar as chamadas Fake News, uma vez que a informação que chega aos estudantes é quase exclusivamente via digital e é por meio da internet que a desinformação circula com maior velocidade. Por fim, cabe à escola fazer com que os estudantes desenvolvam a educação literária, e isso só é possível se eles tiverem contato com textos dessa esfera discursiva.

P.: Ainda relacionado a isso, entendemos ser importante refletir a respeito da relação entre tecnologia, LD e professor. A seu ver, os LDs e os professores que o

utilizam cotidianamente na escola têm dado conta das demandas impostas pela era digital com vistas a promover o multiletramento dos discentes?

R.: Como disse, estou há algum tempo afastado da produção de livros didáticos, mas tenho lido os editais do PNLD e conversado com os professores. Da leitura que fiz dos últimos editais, observei que há uma exigência do MEC quanto ao letramento digital, o que merece elogios. O MEC, há algum tempo, tem exigido que as editoras entreguem, além do livro, objetos digitais aos estudantes e que o Manual forneça aos professores orientações teóricas e metodológicas para o multiletramento dos discentes. Apesar do caos recente por que passou o Ministério da Educação, o pessoal responsável pelo PNLD conseguiu fazer com que o programa não parasse de funcionar. Embora não tenha me dedicado à análise detalhada das coleções que chegaram aos estudantes nos últimos anos, creio que, como foram aprovadas, devem ter dado conta de promover o multiletramento.

P.: **Agora gostaríamos de colocar uma questão que diz respeito diretamente à formação de professores de línguas. Insistimos que os alunos das licenciaturas se preparem não apenas para a atividade em sala de**

aula (e tudo o que isso envolve, da escolha de LD e da preparação de outros materiais didáticos à escuta crítica das práticas languageiras), mas também para a participação em políticas públicas educacionais e linguísticas. Levando isso em conta, você acredita que os cursos de graduação têm abordado suficientemente essa outra função/posição do docente, a de leitor e formulador de políticas públicas?

R.: Não é fácil responder a essa pergunta, já que não tenho um conhecimento de como os cursos de graduação têm abordado a questão proposta. Converso com professores e ouço deles que os cursos de graduação não têm abordado suficientemente a função de leitor e formulador de políticas públicas dos docentes. Os relatos que me chegam fazem referência ainda ao fato de que na graduação os professores adquiriram bons conhecimentos de língua, linguística, literatura e teoria literária, mas não sabem como fazer a transposição didática desse saber acadêmico para situações de sala de aula, razão pela qual se sentem muito inseguros e, por isso, se amparam no livro didático, que, há muito tempo, passou a ser um recurso necessário para o professor exercer sua atividade docente. Isso ajuda a

explicar o sucesso desse tipo de livro entre nós. O livro didático, especialmente aquele avaliado e aprovado pelo MEC, é um auxiliar importantíssimo do trabalho docente, ajudando o professor a dar suas aulas. Sobre o papel do material didático, deixo aqui um alerta. Tenho visto com frequência anúncios em redes sociais de pessoas e empresas vendendo “aulas prontas” para os professores. O engodo começa daí. Não há aula pronta, aula é performance, acontecimento.

P.: E mais pessoalmente, claro, como você avalia, panoramicamente, os programas de aquisição e distribuição de livro didático e paradidático dos governos FHC até hoje? O que pode melhorar? Como se pode melhorar?

R.: Historicamente sempre houve uma relação entre governo e livro escolar. Antes do PNLD, tivemos o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), programas bastante tímidos e de alcance bastante restrito. A criação do PNLD em 1985 representou um avanço em relação ao que havia antes. No começo, o avanço foi sutil, pois a distribuição de livros didáticos não atingia todos os estudantes. Com o tempo, o programa foi se ampliando e passou-se a distribuir

livros para todas as disciplinas, livros para o Ensino Médio, paradidáticos e literatura. Sem dúvida, podemos identificar os avanços a partir do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, que tiveram continuidade nos governos seguintes do Partido dos Trabalhadores. Esse trabalho de governos sucessivos consolidou o PNLD como um excelente programa de aquisição de distribuição de livros didáticos. A avaliação, instituída em 1996, garantiu a qualidade dos livros didáticos. Nenhum programa é perfeito, portanto pode ser melhorado. Há que se reconhecer que, principalmente, os governos do Partido dos Trabalhadores sempre mantiveram diálogo constante, tanto com autores quanto com editoras, para ouvir sugestões para o aperfeiçoamento do programa. Ressalto que muitas delas foram atendidas e incorporadas. Lamentavelmente, houve, no governo Bolsonaro, um terremoto que apagou o MEC, deixando-o nas trevas. O trabalho agora é de reconstrução e de diálogo com todos os envolvidos, autores, editores e educadores.

P.: Agradecemos a disponibilidade e a generosidade em nos conceder essa entrevista e deixamos o espaço abaixo para que faça um comentário final ou acrescente algo que, porventura, não tenhamos abordado.

R.: Sou eu quem agradece ao convite para esta entrevista e pela oportunidade de falar mais informalmente de temas relativos a meu trabalho como autor de livros, professor e pesquisador. Não teria quase nada a acrescentar, pois o leque de perguntas permitiu que tratássemos dos aspectos mais relevantes que envolvem o livro didático de português no Brasil. Gostaria apenas de acrescentar algumas palavras sobre a autoria dos livros didáticos nos dias de hoje, pois deixaram de ser obra de autor, figura tradicional que está em extinção. Autor e autoridade têm o mesmo radical. O autor confere autoridade à obra. Hoje, predominam os livros didáticos de “autoria” coletiva. O autor está sendo substituído por conteudistas ou colaboradores. Várias pessoas produzem conteúdos sob encomenda a pedido de editoras, que organizam esse material e dão a ele a forma de livro. Cada colaborador é encarregado de produzir determinado conteúdo. Os conteudistas não têm o estatuto de autor, não têm autoridade sobre a obra, não são responsáveis legalmente por ela. Como não são autores, não recebem direitos autorais, são remunerados por tarefa, tampouco detêm os direitos sobre o que produziram, já que cedem os conteúdos a título definitivo à editora. Vivem num limbo, pois também não mantêm qualquer vínculo

trabalhista com a editora. São prestadores de serviço autônomos que exercem a atividade como pessoa jurídica em sistema *home office*. A substituição do autor, o titular dos direitos sobre a obra e remunerado por um percentual das vendas do livro, pelo conteudista teve como consequências imediatas o apagamento da autoria em livros didáticos, a pejetização e precarização do trabalho de colaboradores. Do lado das editoras, houve ganho, pois essa nova forma de “autoria” possibilitou uma redução nos custos do livro com o consequente aumento do lucro. Do jeito como as coisas andam, não sei não se os livros didáticos de um futuro bem próximo não terão sua primeira redação feita pelo ChatGPT ou outro *chatbot* que venha a aparecer sobre o qual um editor humano se debruçará para dar a forma de livro.

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, 2014.

Professor da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Letras, Departamento de Ciências da Linguagem).

Colíder do Grupo Arquivos de Língua. Coordenador adjunto do Laboratório Arquivos do Sujeito. Pesquisador do GP Discurso e transformação em diferentes práticas (DTDP, braço institucional do CONTRADIT).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6384597108585900>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6128-6706>.

E-mail: phellipemarcel@id.uff.br.

Thaís de Araujo da Costa

Pós-doutorado em Estudos da Linguagem, História das Ideias Linguísticas, pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade Estadual de Campinas, ambos de 2020 a 2022.

Professora de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – campus Maracanã.

Coordenadora dos Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj) e membra do Grupo Arquivos de Língua (GAL/UFF/Faperj/Cnpq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9342507718155917>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8599-3528>.

E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br.